



ESTADO DA BAHIA - CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

EDITAL Nº 005/2018 - SUPERIOR

CONTADOR

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO
-------------------	-------------------------	-----------------

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 07 (sete) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (quarenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões), Raciocínio Lógico (05 questões), Noções de Informática (05 questões), Legislação (10 questões) e Conhecimentos Específicos (20 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- X. Você dispõe de 04h (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 (uma) hora após seu início.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Texto

**Gravidez por substituição
“Carrego seu filho por R\$50 mil”**

Proibida no Brasil, barriga de aluguel movimentou internet com grupos de oferta e procura
(Clarissa Pains)

“Cedo meu útero por R\$30 mil em dinheiro e um carro a partir do ano de 2012.”

“Alugo barriga por R\$50 mil para terminar de construir minha casa.”

“Se você não tiver dinheiro, mas puder me arrumar um emprego, alugo meu útero sem custos.”

Ao rolar a página de um grupo público sobre barriga de aluguel na internet, a sensação é de estar vendo uma seção de classificados. As mulheres informam quanto cobram e quais são suas exigências, e os possíveis contratantes selecionam as que mais se encaixam no perfil que procuram e entram em contato. Os valores costumam variar de R\$10 mil a R\$50 mil, e muitas “candidatas” se dispõem a viajar para outros estados. Tão explícitas na rede, essas transações comerciais são, no entanto, proibidas no Brasil. Por aqui, só se pode “emprestar” a barriga para parentes de até quarto grau e se não houver dinheiro envolvido, no que é chamado tecnicamente de cessão temporária de útero ou gravidez por substituição.

Quem tenta driblar isso, tem, em geral, consciência da proibição, mas alega necessidade financeira.[...]

O tema não é consenso mesmo entre especialistas em reprodução. Para Maria Cecília, ter uma barriga solidária dentro da família e sem pagar é o ideal por uma questão emocional e de segurança para os pais e o bebê, mas a proibição da transação comercial traz outros problemas.

- O vínculo comercial dá, sim, margem a práticas de má-fé. No entanto, é uma faca de dois gumes: quando você proíbe, acham um jeito de fazer de forma clandestina e, portanto, insegura. Proibir não é o melhor caminho, mas isso é uma opinião pessoal – diz ela.

Membro da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA), Marcio Coslovsky ressaltou que o objetivo da norma é, acima de tudo, impedir que se atente contra a dignidade humana:

- A ideia é proteger as pessoas e não explorar a miséria delas. A única ponderação que cabe notar é que tal proibição, de forma geral, é associada à classe social: quem tem dinheiro pode pegar um avião e fechar um contrato de barriga de aluguel, porque vários países permitem. [...]

Outra especialista, Claudia Navarro diz, ainda, que uma “inseminação caseira”, feita fora das clínicas especializadas, envolve uma série de perigos.

- Há risco grave de infecção. Nas clínicas, o sêmen fica guardado seis meses antes de ser usado, para dar tempo de a janela de incubação dos vírus terminar. Isso nos dá garantia de que a pessoa não tem HIV, por exemplo – diz ela. – E se, além da barriga, a mulher usar seu óvulo, ela será mãe de fato da criança. Pode, no futuro, pedir guarda, pensão. São muitas consequências.

(Fonte: Jornal O Globo, 25/02/2018)

1) Os três primeiros parágrafos do texto são reproduções de ofertas feitas, na internet, por mulheres que se propõem a alugar suas barrigas. O efeito dessa reprodução na construção do texto consiste em:

- explicitar uma avaliação negativa acerca do comportamento das mulheres e dos possíveis clientes.
- apresentar as falas como dados de uma ficção para reforçar o caráter proibitivo da prática comercializada.
- problematizar o alto custo desse serviço oferecido, perspectiva que será o tema central do texto.
- dialogar com a sensação de ver uma “seção de classificados” apontada posteriormente pela autora.

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 2 e 3 seguintes.

“quando você proíbe, acham um jeito de fazer de uma forma clandestina” (7º§)

- O pronome “você”, presente na primeira oração, aponta, semanticamente, para um referente:**
 - específico, sinalizando o interlocutor do texto, no caso, a entrevistadora.
 - indefinido, caracterizando todos os possíveis clientes clandestinos.
 - impreciso, indicando as autoridades responsáveis pela proibição.
 - genérico, estabelecendo um diálogo com os leitores em geral.
- Considerando o contexto em que o verbo “acham” está inserido, sintaticamente, seu sujeito deve ser classificado como:**
 - Composto.
 - Indeterminado.
 - Inexistente.
 - Desinencial.
- A partir da leitura atenta do texto, é possível inferir que a oferta de mulheres como “barrigas de aluguel” é motivada, sobretudo, por razões:**
 - afetivas.
 - éticas.
 - econômicas.
 - médicas.
- No 4º parágrafo, a oração “Ao rolar a página de um grupo público sobre barriga de aluguel na internet”, possui combinações, preposições e contrações estabelecendo nexos coesivos. Assinale a alternativa em que se aponta, CORRETAMENTE, o valor semântico de um desses termos.**
 - “Ao” – tempo.
 - “de” (1ª ocorrência) – modo.
 - “sobre” – meio.
 - “na” – finalidade.
- Ao observar o posicionamento do especialista Marcio Coslovsky, no texto, nota-se que ele:**
 - reafirma a tese defendida por Maria Cecília sobre a proibição da barriga de aluguel.
 - questiona a proibição apontando dados da legalidade da prática em outros países.
 - condena a proibição uma vez que ela exploraria a miséria das pessoas envolvidas.
 - acrescenta um dado novo e econômico em relação à questão da proibição.
- O texto em análise pertence ao gênero jornalístico e apresenta um potencial informativo. Contribuem para isso todos os elementos linguísticos listados abaixo, EXCETO:**
 - o emprego da terceira pessoa do discurso.
 - predomínio do registro informal como em “rolar” (4º§).
 - referência a autoridades na área em questão.
 - reprodução de falas por meio das citações.
- Em “Tão explícitas na rede, essas transações comerciais são, no entanto, proibidas no Brasil.” (4º§) o conectivo destacado poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:**
 - portanto.
 - porquanto.
 - todavia.
 - além disso.

- 9) Assinale a alternativa em que se faz um comentário **INCORRETO** a respeito do vocábulo destacado em “- O vínculo comercial dá, sim, margem a práticas de má-fé.”(7º§):
- trata-se de um artigo definido feminino e no singular.
 - sua presença deve-se a uma questão de regência.
 - não ocorre crase em função do vocábulo “práticas”.
 - classifica-se, morfológicamente, como preposição.

- 10) Em “Pode, **no futuro**, pedir guarda, pensão. São muitas consequências.” (11º§), o termo em destaque encontra-se entre vírgulas uma vez que é um:
- elemento que compõe uma sequência enumerativa.
 - aposto que explica, na oração, a noção de tempo.
 - adjunto adverbial deslocado da ordem direta da oração.
 - termo de caráter expletivo com a noção de intensidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 11) Felipe recebeu seu salário e gastou, num primeiro momento, $\frac{3}{5}$ para pagar uma dívida e do valor que sobrou gastou a terça parte na compra de um tablet. Se após os dois gastos Felipe ficou ainda com R\$ 616,00, então para o tablet Felipe utilizou um valor, em reais, entre:
- 300 e 400
 - 500 e 700
 - 800 e 1000
 - 1200 e 1400

- 12) Numa pesquisa de mercado sobre a preferência entre três produtos participaram 300 pessoas que opinaram uma única vez. O resultado foi: 23% escolheram o produto A, 24% escolheram o produto B, 15% escolheram o produto C, 11% escolheram os produtos A e B, 9% escolheram os produtos B e C, 7% escolheram os produtos A e C, 5% escolheram os três. Nessas condições, é correto afirmar que:
- exatamente 70 pessoas escolheram somente um dos produtos
 - exatamente 36 pessoas escolheram pelo menos dois dos produtos
 - exatamente 180 pessoas escolheram nenhum dos três produtos
 - exatamente 130 pessoas escolheram pelo menos um dos produtos

- 13) A soma dos dois próximos termos da sequência lógica 3,4,7,10,11,16,15,22,..., indica a idade de Ana hoje. Desse modo, a idade de Ana daqui 3 anos será igual a:
- 47
 - 50
 - 51
 - 52

- 14) Os primeiros termos de uma P.G. (progressão geométrica) finita são 24,12,6,3. Se uma P.A. (progressão aritmética) têm razão igual ao triplo da razão dessa P.G. e o primeiro termo é igual a 12, então a soma dos 6 primeiros termos dessa P.A., é:
- 54
 - 45
 - 54,5
 - 58,5

- 15) De acordo com a equivalência lógica proposicional, a negação da frase “João fez exercícios ou Paula não pratica esportes”, é:
- João não fez exercícios ou Paula pratica esportes
 - João não fez exercícios e Paula pratica esportes
 - João não fez exercícios e Paula não pratica esportes
 - João fez exercícios e Paula pratica esportes

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 16) Relacione as duas colunas quanto aos tipos de componentes existentes em um microcomputador:
- | | |
|----------|--------------|
| (A) ROM | (1) Software |
| (B) BIOS | (2) Hardware |
| (C) RAM | |
- A1 - B1 - C2
 - A1 - B2 - C1
 - A2 - B2 - C1
 - A2 - B1 - C2

- 17) Quanto a Internet, Intranet e Extranet e seus principais protocolos, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (de cima para baixo):
- a Extranet é tipicamente utilizada por fornecedores, parceiros e clientes.
 - tanto a Internet como a Intranet e a Extranet utilizam o protocolo TCP/IP.
- V - V
 - V - F
 - F - V
 - F - F

- 18) Se teclarmos simultaneamente a tecla CTRL e a tecla + em um navegador de Internet, teremos como resultado:
- a inclusão do site atual nos Favoritos
 - o aumento da visualização da página (zoom)
 - a abertura de uma nova aba do navegador
 - a abertura de uma nova janela do navegador

- 19) O estudo dos princípios e técnicas pelas quais a informação pode ser transformada da sua forma original para outra ilegível, de forma que possa ser conhecida apenas por seu destinatário (detentor da “chave secreta”), o que a torna difícil de ser lida por alguém não autorizado. Estamos descrevendo o conceito de:
- digitalização
 - algoritmo
 - criptografia
 - certificação digital

- 20) Assinale a alternativa que complete correta e respectivamente as lacunas da seguinte frase:

“O aplicativo para criação de Banco de Dados do LibreOffice é denominado _____, que é semelhante ao _____ do pacote do Microsoft Office”.

- Base - Access
- Calc - OneDrive
- Math - Access
- Base - OneDrive

21) Em conformidade com o preceituado na Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, apresenta-se como infração político-administrativa do Prefeito Municipal, sancionadas com perda de mandato e sujeitas ao julgamento da Câmara Municipal:

- ser titular de mais de um mandato público eletivo
- ausentar-se do Município, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos ou em viagem ao exterior, sem autorização da Câmara
- retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade
- ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exerça função remunerada

22) O Prefeito Municipal de Feira de Santana perderá o mandato, por cassação, quando:

- assumir outro cargo na Administração Pública direta, ressalvada a investidura em virtude de processo seletivo interno
- condenado por crime comum em sentença definitiva
- perder ou tiver suspensos seus direitos políticos
- assumir outra função na Administração Pública fundacional, ressalvada a posse em virtude de concurso público

23) No âmbito das respectivas competências, as entidades da Administração Pública Municipal deverão instituir e promover a cobrança da seguinte receita municipal:

- sanção pecuniária pelo descumprimento da legislação municipal
- transferência de titularidade não onerosa de bens que integram o acervo patrimonial público
- prestação de serviços públicos que ensejem tarifas e que possam ser prestados de forma gratuita
- uso privativo não oneroso de bens dominicais por terceiros

24) As vagas na Câmara Municipal de Feira de Santana surgem mediante extinção ou perda do mandato. A extinção do mandato pode ocorrer em virtude de:

- licença para tratamento de saúde
- renúncia
- exoneração
- aposentadoria

25) No que concerne às sessões da Câmara Municipal de Feira de Santana, assinale a alternativa correta:

- É facultado à Câmara Municipal mediante deliberação do Plenário, motivada por requerimento de pelo menos metade dos Vereadores, realizar reuniões extraordinárias, depois das sessões ordinárias
- É vedado à Câmara Municipal realizar sessões extraordinárias no recesso parlamentar
- No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, funcionários da Câmara Municipal em serviço e profissionais de comunicação credenciados
- As sessões ordinárias devem ocorrer em dias úteis, com início às 08:00h (oito) horas, realizadas de segunda a quinta-feira

26) Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto. Apresentam-se como modalidades de proposição:

- requisições e impedimentos
- decretos autônomos e portarias
- decretos regulamentares e ordens de serviço
- requerimentos e moções

27) Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável, como tal prevista na Constituição Federal:

- mediante instauração de sindicância administrativa
- em virtude da instauração de inquérito policial
- em virtude de sentença judicial transitada em julgado
- em virtude da instauração de inquérito civil

28) Ao agente público integrante da administração direta, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras, a seguinte diretriz constitucional:

- investido no mandato de Prefeito, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, podendo optar pela sua remuneração
- cuidando-se de mandato eletivo estadual, poderá acumular eventual emprego ou função
- investido no mandato de Prefeito, sendo compatíveis os horários, o agente político deverá receber as diárias e gratificações de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
- nas situações que demandem o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço deverá ser contado para todos os fins da lei, exceção feita à promoção por antiguidade

29) No que concerne às denominadas “cláusulas exorbitantes”, assinale a alternativa incorreta:

- São cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado
- É admitido que a Administração detenha as cláusulas exorbitantes, que se definem como as que colocam a Administração como detentora de consideráveis vantagens em relação ao particular, com garantias e prerrogativas, sem que haja qualquer tipo de prejuízo no que se refere à invalidez do contrato em sentido potestativo
- Cláusulas exorbitantes são as que excedem do Direito Comum para consignar uma restrição à Administração. Tais cláusulas seriam lícitas num contrato privado, na medida em que haveriam de garantir absoluta isonomia das partes na execução do avençado
- Os Contratos Administrativos são possuidores de cláusulas que, em uma relação de contrato no Direito Privado não seriam possíveis, pois permite que a Administração adquira privilégios, com garantia de várias prerrogativas

30) Haverá fraude, em prejuízo da Fazenda Pública, caso o procedimento licitatório instaurado para venda ou aquisição de mercadorias ou bens, ou contrato que dele decorra, se verifique diante da seguinte conduta:

- mantendo a substância, a qualidade ou a quantidade da mercadoria fornecida
- tornando, por qualquer modo, menos onerosa a proposta ou a execução do contrato
- aumentando os preços ou valores
- vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada

31) Com base na Lei 6.404/1976, Artigo 24 e suas alterações, analise os itens a seguir e verifique qual (is) devem conter nos certificados de ações:

- I. Denominação da companhia, sua sede e prazo de duração;
- II. O número de ordem do certificado e da ação, e a espécie e classe a que pertence;
- III. A época e o lugar da reunião da assembléia-geral ordinária;
- IV. A data da constituição da companhia e do arquivamento e publicação de seus atos constitutivos;
- V. O nome do acionista;

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os itens I, III e V estão corretos
- b) Somente os itens II e IV estão corretos
- c) Somente os itens I, II e V estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

32) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. O art. 1º da Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil compõe-se de Estado democrático de direito. O artigo dispõe que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. São poderes da União o legislativo, executivo e judiciário, assim:

- I. Ao poder Judiciário cabe julgar conflitos que surgem frente as Leis elaboradas pelo Legislativo.
- II. O poder legislativo regula as relações dos indivíduos entre si e com o próprio Estado, mediante a elaboração de leis
- III. São órgãos do Poder Legislativo o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal
- IV. O poder executivo governa o povo e administra os interesses públicos cumprindo as ordenações legais e a Constituição
- V. Poder Executivo aplica as leis a casos concretos, para assegurar a soberania da justiça e a realização dos direitos individuais nas relações sociais

Assinale a alternativa correta

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Estão corretos os itens I, II e IV
- c) Estão corretos os itens III e IV
- d) Estão corretos os itens I, III e V

33) O Manual de contabilidade do sistema CFC/CRC (Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade), dispõe que “CONTAS PATRIMONIAIS são contas pertencentes ao sistema patrimonial, que constam no balanço patrimonial”. Essas contas podem ser de natureza devedora ou credora. Assinale a alternativa que apresenta apenas contas patrimoniais de natureza devedora.

- a) Adiantamentos a empregados, estoques, empréstimo a pagar, clientes
- b) Capital a integralizar, adiantamento a empregados, reserva de contingências
- c) Adiantamento de clientes, imóveis de uso da empresa, receita de vendas
- d) Adiantamento a fornecedores, capital a integralizar, clientes

34) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a escrituração contábil é obrigatória e os profissionais de contabilidade estão obrigados a aplicar a ITG 2000, aprovada pela Resolução nº 1.330/2011. A escrituração contábil também é prevista em legislações federais, analise os itens a seguir e verifique quais legislações tratam do mencionado assunto:

- I. Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil)
- II. Lei complementar 123/2006
- III. Resolução 10/2007 do Comitê Gestor Simples Nacional
- IV. Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretos os itens I, III e IV
- b) Estão corretos os itens II, III e IV
- c) Estão corretos os itens I, II e III
- d) Está correto apenas o item III

35) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. Conforme NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis “As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade”. No item 10 da mencionada Norma é determinado o Conjunto Completo de demonstrações contábeis, analise os itens a seguir e verifique quais demonstrações fazem parte deste conjunto:

- I. balanço patrimonial ao final do período;
- II. demonstração do resultado abrangente do período;
- III. demonstração dos fluxos de caixa do período;
- IV. demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
- V. demonstração do resultado do período;
- VI. demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos
- b) Apenas os itens I, II, III, V e VI estão corretos
- c) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

36) Segundo a NBC TG 16 (R2) Estoques: “O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais”. Verifique quais os itens abaixo compõem o custo de aquisição de estoques, e assinale a alternativa correta.

- I. mão-de-obra direta;
- II. preço de compra;
- III. impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis perante o fisco);
- IV. custos de transporte, seguro e manuseio;
- V. outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens II, III, IV e V
- b) Apenas os itens I, II, III e IV
- c) Apenas os itens I, III e V
- d) Os itens I, II, III, IV e V

37) Segundo Padoveze (2013), a Margem de Contribuição e o Ponto de Equilíbrio são informações importantes que auxiliam na tomada de decisão das empresas. A empresa Controle S/A, que produz um único produto, no último mês vendeu um total de R\$ 600.000,00 e teve como custos variáveis o montante de R\$ 120.000,00 e despesas variáveis de R\$ 60.000,00. Os custos fixos do período totalizaram R\$ 350.000,00. Sabendo-se que durante o período foram vendidas 6.000 unidades do produto. Assinale a alternativa que apresenta respectivamente a Margem de contribuição unitária em Reais e o ponto de equilíbrio contábil da empresa em unidades.

- a) R\$ 420.000,00 e 6.000 unidades
- b) R\$ 70,00 e 6.000 unidades
- c) R\$ 70,00 e 5.000 unidades
- d) R\$ 80,00 e 5.125 unidades

38) A Empresa Comercial de Alimentos Equilibrium Ltda controla os seus estoques pelo método PEPS (Primeiro Entrar, Primeiro Sair). No mês de março realizou as seguintes transações:

01/03 – Compra de mercadoria para revenda, 100 unidades a R\$ 1,00 cada.

05/03 – Compra de mercadoria para revenda, 200 unidades a R\$ 0,90 cada.

10/03 – Venda 150 unidades de mercadorias a R\$ 1,50 cada.

15/03 – Venda de 50 unidades de mercadorias a R\$ 2,00 cada.

20/03 – Compra de mercadoria para revenda, 250 unidades a R\$ 1,10 cada.

Sabendo-se que não haviam estoques iniciais e a alíquota de ICMS sobre compra e venda é de 18%, assinale a alternativa que apresenta o saldo final total de mercadorias em unidades e Reais, respectivamente.

- a) 350 unidades, R\$ 299,30
- b) 350 unidades, R\$ 365,00
- c) 350 unidades, R\$ 375,00
- d) 250 unidades, R\$ 275,00

39) A Lei 4.320 de 17 de março de 1964 dispõe, dentre outros assuntos, sobre as receitas e despesas públicas. As receitas públicas são divididas em receitas correntes e receitas de capital. Sobre esse assunto, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () As receitas tributárias e de contribuição são receitas correntes.
- () As receitas patrimoniais e agropecuárias são receitas de capital.
- () As receitas industriais e de serviços são receitas correntes.
- () As receitas de Capital são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- () Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados.
- () São Receitas Correntes as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V, V, V e V
- b) V, F, V, F, V e F
- c) V, F, V, V, V e F
- d) V, F, V, V, F e F

40) Segundo a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida. Assinale a alternativa que apresente os percentuais corretos.

- a) União 50% (cinquenta por cento); Estado 50% (cinquenta por cento) e Município 60% (sessenta por cento)
- b) União 50% (cinquenta por cento) Estados 60% (sessenta por cento); e Município 50% (cinquenta por cento)
- c) União 60% (sessenta por cento); Estado 60% (sessenta por cento) e Municípios 60% (sessenta por cento)
- d) União 50% (cinquenta por cento); Estado 60% (sessenta por cento) e Municípios 60% (sessenta por cento)

41) O Decreto-Lei 201 de 27 de abril de 1967 dispõe sobre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do poder judiciário. Analise os itens a seguir e verifique quais fazem parte deste conjunto.

- I. Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;
- II. Desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;
- III. Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;
- IV. Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;
- V. Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- VI. Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II, III e IV
- b) Apenas os itens II, IV e VI
- c) Apenas os itens I, II, III e V
- d) Apenas os itens I, III e V

42) A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Considerando a referida legislação, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos no País;
- II. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- III. Nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
- IV. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Apenas os itens I, II e III
- b) Apenas os itens II, III e IV
- c) Apenas os itens I, II e IV
- d) Apenas os itens II e IV

43) A NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, em seu item 7.6 descreve “As bases de mensuração para os ativos são identificadas e discutidas à luz da informação que fornecem sobre o custo de serviços prestados, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade, além da extensão na qual fornecem informação que satisfaça as características qualitativas”. Analise os itens a seguir e identifique quais fazem parte dessa base de mensuração:

- I. Custo histórico;
- II. Valor de mercado;
- III. Custo de reposição ou substituição;
- IV. Valor justo;
- V. Preço líquido de venda;
- VI. Valor em uso.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II, III, V e VI
- b) Apenas os itens I, II, III, IV e V
- c) Apenas os itens II, III, IV, V e VI
- d) Apenas os itens I, III, IV, V e VI

44) O SICSP (Subsistema de Informação de Custos do Setor Público) é apoiado em três elementos: Sistema de Acumulação; Sistema de Custeio e Método de Custeio. Analise as afirmativas a seguir referente aos elementos do SICSP e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) .

- () Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua;
- () Forma contínua é o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado;
- () Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.
- () Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.
- () Custeio pleno que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços.

Assinale a alternativa que apresenta a sequencia correta de cima para baixo:

- a) V, V, V, V e V
- b) V, F, V, V e V
- c) V; F, V, V e F
- d) V, F, V, F e V

45) A Lei Complementar nº 101/00, visa impor o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus mandatos, deixando a conta para seus sucessores. Também era comum a prática de tomada de empréstimos em instituição financeira estatal pelo seu ente controlador. A Lei da Responsabilidade Fiscal, também promoveu a transparência dos gastos públicos. Com relação ao assunto, pode-se afirmar que:

- I. As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.
- II. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, que passa a valer apenas para o Poder Executivo.
- III. A lei introduz inovações em termos de contabilidade pública e execução orçamentária, na medida em que introduz limites tanto para as despesas do exercício (contingenciamento, limitação de empenhos), como para o endividamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal também determina o estabelecimento de metas fiscais trienais.
- IV. Ela é válida para os órgãos públicos do país, excluindo Tribunais de Contas, o Ministério Público, administrações diretas, e prevê variadas punições conforme o princípio desrespeitado, sendo as mais comuns cassação de mandato.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Todas os itens estão corretos
- c) Estão corretos os itens I e III
- d) Estão corretos os itens I e IV

46) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais. A referida legislação dispõe que:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada
- b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação sendo de suma importância a destinação legal do produto e sua arrecadação
- c) São tributos municipais os impostos, taxas e contribuições de melhoria
- d) A atribuição constitucional de competência tributária não compreende a competência legislativa plena

47) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

- I. Para valores totais acima de 60 salários mínimos por beneficiário.
- II. Os precatórios podem ser de natureza alimentar quando decorrem de ações judiciais como as referentes a salários pensões, aposentadorias e indenizações por morte ou invalidez ou de natureza não alimentar quando decorrem de ações de outras espécies, como as referentes a desapropriações e tributos.
- III. Sempre que moveu uma ação contra órgão público o recebimento será através de precatórios.
- IV. A gestão dos recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais será realizada pelo Poder Judiciário, que contratará, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da administração pública federal para a operacionalização da gestão dos recursos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Apenas a afirmativa I está correta
- c) Apenas a afirmativa II está correta
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas

48) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta. Os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e/ou da proposta a que se vinculam. Assim, os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta. Devendo conter:

- I. O regime de execução ou a forma de fornecimento;
- II. O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- III. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- IV. O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

Estão corretas as afirmativas:

- a) Apenas a afirmativa II está correta
- b) Apenas a afirmativa III está correta
- c) Todas as afirmativas estão corretas
- d) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas

49) O poder constituinte trata-se do poder de elaborar e modificar normas constitucionais. Portanto, é o poder de estabelecer uma nova Constituição de um Estado ou de modificar uma já existente. É a expressão da vontade suprema do povo, social e juridicamente organizado. São duas as espécies de poder constituinte:

- a) Originário e Composto
- b) Derivado e Unificado
- c) Originário e Derivado
- d) Unificado e Composto

50) Sabe-se em caráter dogmático que bens públicos são todas as coisas corpóreas ou incorpóreas, imóveis, móveis ou semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam a qualquer título a entidades estatais, autarquias, fundacionais e empresas governamentais. Assim os bens públicos se dividem em três categorias.

Assinale a alternativa que NÃO se refere a uma categoria de bens públicos.

- a) Bens patrimoniais disponíveis: destinados a qualquer pessoa ou empregados do serviço público
- b) Bens público de uso comum do povo ou de domínio público: estradas, ruas, praças, praias
- c) Bens de uso especial ou de patrimônio administrativo: edifícios das repartições públicas, veículos da administração, mercados. Também são chamados de bens patrimoniais indisponíveis
- d) Bens dominiais ou do patrimônio disponível: são bens não destinados ao povo em geral, nem empregados no serviço público, mas sim, permanecem a disposição da administração para qualquer uso ou alienação na forma que a lei autorizar

